



QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E QUESTÃO SOCIAL: UM IMPRORRORGÁVEL DEBATE PARA O SERVIÇO SOCIAL

RODRIGUES, Cheliman Alves¹

RESUMO: O seguinte trabalho tem como discussão central a questão racial enquanto um componente da questão social, entendendo que a apreensão das particularidades da formação sócio-histórica da questão racial é de suma importância para se entender a questão social hoje, compreendendo que esta também se forja dentro do contexto brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Questão racial; Questão Social; Serviço Social

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discorrer sobre a afirmação que situa a questão racial enquanto um componente da questão social, e para isto será exposto nestas páginas uma breve síntese da construção da população negra neste país, a partir do produto da exploração do seu corpo, do seu trabalho enquanto pessoa escravizada, bem como de sua resistência. Atividades que deram sustentação para a consolidação e perpetuação do capitalismo central e periférico (Marini, 2013). Para tal, faremos um pequeno resgate no primeiro item do que se convencionou a se identificar como Questão Social. E posteriormente discutiremos as considerações a respeito deste assunto a partir da análise da proposta deste escrito, no qual será debatido o período da escravocrata, que sustentado por autores (as) que discutem o período, informam que houve antagonismo de classe, acumulação privada de trabalho coletivo e resistência, ainda que no período colonial. E em

¹ Mestranda em Serviço Social pela Unesp-Franca-SP. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia -MG. Membro do Grupo de Pesquisa Gepem (Grupo de estudos Marxistas) e-mail: chelimanalves@gmail.com. Orientador: Professor Dr. Jose Fernando Siqueira da Silva. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Pós Doutor em Serviço Social pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP). Prof. Associado do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista –Unesp/Franca; Docente colaborador do Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual Paulista –Unesp/Franca e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (Gepem)



sequência traremos autores que nos fornecem subsídios para a principal afirmação do trabalho: a Questão racial é um componente fundante da questão social no Brasil, por ser um elemento imprescindível para sua formação e configuração. E por fim teceremos nossas considerações finais.

2. QUESTÃO SOCIAL

A questão social se expressa pela contradição entre o capital e o trabalho (Netto 1992), sendo que esta expressão (questão social) começou a ser utilizada recentemente mais ou menos há cento e setenta anos, data que demarca o início do capitalismo concorrencial industrial na Europa Ocidental. Ela vem para abarcar o fenômeno causado pela acumulação do capital e a exploração da classe trabalhadora na primeira onda industrializante, que reverberou em um pauperismo absoluto desta classe. Aí se constituiu a expressão mais imediata da instauração do capitalismo concorrencial.

Segundo Marx (2013) a industrialização, enquanto processo econômico e social, dá origem a uma nova ordem societária que em sua essência é desigual e contraditória, uma vez que a produção de riquezas construídas socialmente é apropriada de forma individual, produzindo miséria e que dialeticamente produz condições para sua própria superação. Marx (2013) caracteriza esse movimento aqui demonstrado como questão social – enquanto pauperismo e o capital através de sua relação social de expropriação continuada –, gera permanente a pobreza em maior ou menor medida, na qual o movimento não é explicado apenas enquanto a pobreza da classe trabalhadora, mas sim, por meio de todo o processo histórico do capitalismo que perpassa o que Marx (2013) denominou como “a assim chamada acumulação primitiva” e a “lei geral de acumulação capitalista”.

Nesta direção, é importante enunciar que segundo Marx (2013) a lei geral da acumulação se vincula ao destino da classe trabalhadora, ao passo que esta lei se relaciona com a riqueza socialmente produzida, pela classe trabalhadora e acumulada privadamente, pela burguesia, na qual para este trabalho é necessário pontuar que a lei



geral de acumulação trazida por Marx tem intrínseca relação com o que o convencionou denominar como questão social.

Para explicar a Lei geral da acumulação capitalista, Marx (2013) regata (de forma um tanto irônica) os autores da economia clássica burguesa e realiza contrapontos a estas análises. O autor (2013) apresenta o que ele chama de composição orgânica do capital que tem um duplo sentido: composição do valor e composição da matéria. A primeira diz respeito à demanda crescente de força de trabalho para acumulação capitalista que sob o aspecto do valor se divide em capital constante (investimento do capitalista em meios de produção) e capital variável (investimento em força de trabalho). E a matéria que se refere a composição técnica do capital que para Marx elas se dividem em meios de produção e força de trabalho viva, sendo que há uma estreita relação entre ambas. Marx aponta que a

composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica. Os diversos capitais individuais que se aplicam num determinado ramo da produção têm composições mais ou menos distintas entre si. A média de suas composições individuais nos dá a composição do capital total desse ramo da produção. Por fim, a média total das composições médias de todos os ramos da produção nos dá a composição do capital social de um país. (MARX, 2013, p. 836).

Portanto, a composição orgânica do capital é para Marx (2013) o resultado da relação entre estas duas dimensões: capital constante e capital variável. Nesta relação a burguesia destina mais recursos ao capital constante (destinado ao incremento dos meios de produção) e menos para o capital variável (o que se refere ao pagamento da força de trabalho), e que segundo o autor (2013) essa equação resulta em 3 tendências: as crises capitalistas que serão estruturais neste modo de produção; a proletarização da força de trabalho, enquanto classes antagônicas; e a massa de trabalhadores que não são absorvidos pelo emprego formal, que o autor denomina de exército industrial de reserva.

Segundo (Conceição, 2014) o exército industrial de reserva consiste no contingente de trabalhadores que não foram absorvidos pelo trabalho formal, mesmo estando aptos ao trabalho, é este excedente que impõe às pessoas que vendem sua mão de obra e se submetem aos mandos do capital ao passo que o excedente de trabalhadores (as) acirra a competitividade entre eles (as), já que não existe trabalho para todos (as), tendendo a rebaixar seus salários, condição que impede muitas vezes os (as) trabalhadores (as) de se



organizarem enquanto classe (Iamamoto, 2011, apud Conceição, 2014). Para a autora (2014) a valorização do capital e a exploração que resulta em mais-valia acontecem na mesma medida que se desvalorizam os salários da classe trabalhadora.

Marx ainda expõe a razão de ser deste exército industrial de reserva a partir do funcionamento do capital:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p. 858).

Salienta-se que é este processo que possibilita à burguesia a sua reprodução ampliada, por tanto garante a sua acumulação em maior ou menor quantidade dependendo das condições históricas postas. Estas tendências são as fagulhas de irretratável tensão entre o capital e o trabalho, que aqui entendemos como base fundante da questão social.

É importante dizer que se convencionou em denominar de questão social o conjunto sociopolítico destes desdobramentos de generalização da pobreza, uma vez que a classe desapropriada não aceitou sua condição de usurpados e reagiu de diversas formas, configurando-se como ameaça à ordem burguesa (Netto, 1992). Sustentamos a ideia que define a questão social como um processo contraditório cuja riqueza é, ao mesmo tempo, socialmente produzida e privadamente apropriada, que se expressa em acontecimentos sociais, econômicos e políticos sustentados em uma profunda desigualdade social com níveis diversos de opressão. Isso conspira contra os interesses da hegemonia burguesa, reafirma as contradições sociais, a luta de classes, classe trabalhadora essa diversa, ou seja, que possui cor, etnia, gênero e sexualidade, pois a história mostra que a classe explorada sempre resistiu às situações de exploração e opressão a que são submetidos.

Portanto, a questão social fundamenta-se na desigualdade econômica e nas múltiplas desigualdades aí ancoradas na sociedade capitalista (particularmente nos países periféricos), mas também é rebeldia, pois envolve indivíduos que vivenciam as



disparidades sociais e que a ela resistem e se opõem (Iamamoto, 2001). A mesma autora (2001) define questão social como:

Expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operaria e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, do cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO, 2001, p.40).

Segundo Iamamoto (2006) é na questão social que o Serviço Social tem a base de sua fundamentação como especialização do trabalho. A autora (2006) relata que a profissão tem sua gênese dentro do processo de desenvolvimento capitalista industrial e expansão urbana na Europa, relacionado com o surgimento da burguesia do proletariado, como também pelas mudanças na constituição dos grupos e frações de classes que possuem o poder do Estado (Iamamoto 2006). Concordando, Netto (1992) afirma que mesmos autores que não possuem um referencial crítico concordam ao que se refere à vinculação do Serviço Social com o surgimento da questão social, relacionando o seu surgimento às mazelas próprias do capitalismo.

Portanto se o Serviço Social tem na questão social o seu alicerce para a intervenção profissional, é impossível pensar na profissão sem pensarmos no estudo desta. Por isso, é de suma importância analisar profundamente o que se entende por questão social e qual sua relação com a profissão.

3. A QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL COLÔNIA

Segundo Silva (2012) o sistema colonial foi o embrião do sistema capitalista, pois o capital estabeleceu no escravismo a expropriação do sobretrabalho, com o intuito de acelerar o processo de acumulação de capitais. Para o autor (2012) a escravidão moderna teve um caráter industrial, e auxiliou a consolidar o comando do capital comercial, reunindo as condições necessárias para a transição para o modo de produção capitalista, o capitalismo industrial.

Octavio Ianni (1978) explica que ao mesmo passo que criavam o trabalho livre na Europa, criava-se o trabalho compulsório nas colônias. Enquanto que na Europa se



constituía o trabalho “livre” por conta da manufatura e do surgimento da indústria, nas colônias eram criados e expandidos os trabalhos compulsórios. Contradição que fazia parte de um processo mais amplo, o processo do capital comercial. Na medida em que se alargavam as bases do capitalismo comercial com a colonização de terras e povos, instauraram nestes lugares, engenhos, fazendas, plantações, etc. A Europa tinha base para que ocorresse, principalmente na Inglaterra, a acumulação primitiva, e por consequência conseguisse desenvolver o capitalismo. Ao mesmo tempo que a acumulação primitiva permitia a Europa, sobretudo a Inglaterra, que esta tivesse as condições materiais e históricas para a formação do capital industrial, este processo produziu nas colônias a escravatura. A acumulação primitiva é o ponto inicial do sistema de metabolismo social do capital. A acumulação primitiva é o ponto inicial do sistema de metabolismo social do capital. Segundo Silva (2012), é com a escravatura que o capital, intrinsecamente articulado ao mercantilismo e à acumulação originária, cria as condições materiais para a base econômica necessária para o surgimento da sociedade burguesa brasileira tardia, com traços coloniais insuprimíveis.

Marx (2013), explica que a assim chamada acumulação primitiva se relacionou com um processo que não foi idílico; pelo contrário, ele foi realizado à base de muita violência e extorsão. O autor informa que a acumulação primitiva, como o próprio nome diz, se relaciona a um processo de acumulação prévia. Para o autor (Marx, 2013), o processo histórico de acumulação se apresentou para os destituídos de forma brutal, amparados na expropriação de terras dos trabalhadores rurais e de em um aparato legal que obrigava e punia duramente quem não se submetesse ao trabalho nos moldes capitalistas. O capital teve condições históricas e materiais para afastar o trabalhador dos meios de produção, ou seja, dos seus meios de subsistência, empurrando o trabalhador ao trabalho assalariado. Marx ainda faz uma analogia com o pecado original bíblico, que resultou na implicação de homens e mulheres precisarem viver com seu suor, e a questão chave que Marx observa é: diferente do pecado original, no pré-capitalismo nem todos precisavam viver desta forma, eles viviam e vivem ainda hoje, no capitalismo, a base do suor de outrem.

E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a



si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (MARX, 2013, p. 960).

Neste caso, o suor que se coloca no processo da assim chamada acumulação primitiva, significa trabalho não pago realizado para concentração. Destaca-se nesta pesquisa, o trabalho extenuante realizado por trabalhadores (as) negros (as) escravizados (as), enquanto fundamento desta forma de acumulação que subsidiou o modo de produção capitalista na sua gênese. Nas palavras de Marx:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, **a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista**. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (grifo nosso) (MARX, 2013, p. 998).

Segundo Silva (2012) é com a escravatura que o capital a partir do processo de acumulação primitiva se articula para criar as condições materiais para a base econômica necessária para o surgimento da sociedade burguesa brasileira. Ele explica que a partir da acumulação primitiva se tem o ponto de partida do sistema de metabolismo social do capital, pois é a partir das relações de produção gestadas neste período que se formaram as bases para a reprodução do capital. Para Ianni (1978) o Capital comercial gestou e desenvolveu as formações sociais baseadas no trabalho escravo nas colônias, sendo que este trabalho era subordinado aos movimentos do capitalismo comercial da Europa. Por isso não importava como este processo se dava:

O capital comandava o processo de acumulação sem preocupar-se com o mando do processo de produção. O comerciante europeu se enriquece comprando barato com as vantagens de exclusividade que a metrópole mantém sobre os negócios da colônia e vendendo mais caro. O dinheiro se valoriza no processo de circulação da mercadoria. (IANNI, 1978, p.8).

Moura (1992) pontua que “a história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social” (Moura, 1992, p.4). Para o autor, mesmo a população negra participando de todas as áreas da economia que estava se desenvolvendo, não pôde desfrutar da divisão dessa riqueza, assim como a classe trabalhadora em geral sendo ela negra e não negra não participa até os dias atuais. Moura (1992) coloca que eram os/as negros/as que produziam a riqueza



daquela época, ele também ressalta que essa produção era adquirida através de normas de trabalho que quem ditava era a: “classe senhorial e pelas estruturas de poder da época” (Moura, 1992, p.8). Diferente do trabalho no capitalismo avançado, as condições que estes produziam a riqueza era uma condição de animalidade, de objetos:

O negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, e pelas ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado, ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como o porco ou o cavalo. (MOURA, 1992, p.11).

Segundo Moura (1992) o fato da população negra trabalhar em todas as divisões do trabalho, não foi um fato que contribuiu para que a população negra conseguisse um mínimo desta riqueza produzida. Ao contrário, quem detinha o acúmulo dessa riqueza, podendo exportar e comercializar este trabalho eram os senhores de escravos. Podemos confirmar com o que foi discorrido que existia uma apropriação da força de trabalho, do lucro, da capacidade humana, dos corpos, mentes e o que era ainda mais grave, a apropriação por parte do sistema colonial da humanidade destas pessoas, ou seja havia naquela época um antagonismo que para Moura era um antagonismo de classe. Segundo o mesmo:

uma classe era: [...] constituída pelos senhores de escravos ligados economicamente em face do monopólio comercial a metrópole; outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil-colônia e era quem produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros [...] (MOURA, 1959, p. 20).

O Brasil como um país colonizado vai participar deste processo de exploração de mão-de-obra escrava para satisfazer o interesse comercial e mercantil, mas Moura (1959) relata que os motivos internos também influenciaram na instauração da escravidão, ele explica que o surgimento da escravidão no Brasil está ligado também ao próprio desenvolvimento da sociedade colonial, sendo que Portugal é quem fazia este intermédio dos interesses das grandes potências e a colônia.

E é através da mão-de-obra escravizada advinda do continente Africano que o Brasil tem suas bases para a consolidação do capitalismo periférico, pois é através do mesmo processo de acumulação primitiva que o país se articula para criar às condições materiais para a base econômica necessária para o surgimento da sociedade capitalista. O que se



quer confirmar é: o capitalismo no Brasil está intrinsecamente ligado à escravatura. Segundo Ianni (1978) as estruturas de apropriação econômica e de dominação política em sociedades escravocratas como no Brasil tinham base nas exigências da produção de mais-valia absoluta. Para o autor:

Nestas formações sociais, as unidades produtivas como os engenhos de açúcar no nordeste [...] estavam organizadas de maneiras a produzir e reproduzir, ou criar e recriar, o escravo e o senhor, a mais-valia absoluta, a cultura do escravo (da senzala), as técnicas de controle, de repressão e tortura, as doutrinas jurídicas, religiosas ou de cunho “darwinista” sobre desigualdades raciais e outros elementos. A alienação do trabalhador (escravo), característica dessas formações sociais implicava que ele era física e moralmente subordinado ao senhor (branco) em sua atividade produtiva, no produto do seu trabalho e em suas atividades religiosas e lúdicas [...] (IANNI, 1978, p.13).

4 QUESTÃO RACIAL ENQUANTO UM COMPONENTE DA QUESTÃO SOCIAL: diálogo com os/as autores/as

Para Ianni (1989) durante a vigência do regime de trabalho escravo já havia uma questão social, sendo que o fato do escravo ser desapropriado do produto de seu trabalho e da sua pessoa era uma prova da existência da questão social nesta época. Para o autor a pessoa escravizada:

Sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e de outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. **A questão social estava posta de modo aberto e transparente.** (IANNI, 1989, p.146. Grifo nosso).

O artigo ainda concorda com Silva (2014) e entende que o fenômeno da questão social tem suas raízes no período colonial escravocrata, período este que houve contradição, exploração, acumulação, aviltamento, antagonismos, tensões e lutas sociais, gestadas dentro da sociedade que paulatinamente instituiu a mais-valia – em sua era industrial – e que se traduziu historicamente pela luta contra a exploração negra e da servidão indígena. Concordamos com Silva (2014) quanto a autora relaciona a questão social com as lutas operárias no período industrial. O intuito aqui é fornecer mais elementos que permitam a compreensão das particularidades da questão social brasileira que



perpassam o período escravista e o trabalho da pessoa negra escravizada. Por isso o exposto se faz necessário para

evitarmos pensar a nossa questão social somente pelos parâmetros europeus, envidando esforços em compreendê-la a partir da nossa formação social, pois (...) os determinantes sócio estruturais são os mesmos, mas a dinâmica não (SILVA, 2014, p 42).

Conceição (2014) concordando com a colocação de Ianni (1989), relata que a gênese da questão social brasileira tem relação com o contexto de formação socioeconômica e política no Brasil ainda no período colonial que se baseava no modo de produção escravista, cujo intuito era satisfazer o pré-capitalismo europeu. Era através do trabalho escravo que a colônia enriquecia a metrópole parasitária e enriquecia o setor dominante no Brasil. Nas palavras de Conceição (2014):

A escravidão funcionava como peça chave da alta lucratividade dos capitalistas coloniais, de forma que se situava diretamente vinculada à realização da produção nas melhores condições econômicas possíveis na medida em que este acumulava primitivamente capitais este “capitalista colonial” e erguia as bases necessárias para a formação de uma sociedade capitalista, e não sendo possível sem o trabalho da pessoa negra escrava. (CONCEIÇÃO, 2014, p.32, 33, grifo nosso).

Em acordo Durans (2014), afirma que não se pode compreender questão social no Brasil sem debruçar-se sobre as complexas relações étnico-raciais que perpassam os três séculos de trabalho escravizado da população negra e indígena, que foram o pilar da formação social do Brasil. Entendemos que estes são elementos fundantes, pois perpassam as origens do pauperismo no país, que estão ligadas a herança das relações étnico-raciais gestadas neste período. Estas pessoas construíram a riqueza do período colonial e quando foram “libertas” não puderam adentrar o trabalho livre (Fernandes, 2008).

Outro fator que confirma que a questão social tem sua gênese no período colonial escravocrata desde o período de capitalismo comercial, foi a presença dos movimentos de resistência advindos das pessoas escravizadas. James (1939), de forma brilhante, salienta: “O único lugar onde os negros não se rebelaram foram nos livros de historiadores capitalistas” (p.22). O autor nos expõe que em todo o momento que houve escravização também houve resistência, à pessoa negra pacífica sem intelecto que não ousou lutar, só



existiu nos livros de liberais. Autores como Clóvis Moura e Clr James revelam e analisam aspectos objetivos da realidade que apontam para a luta negra. James, por exemplo, destaca:

A história revolucionária dos negros é rica, inspiradora e desconhecida. Negros se rebelaram contra os caçadores de escravos na África; rebelaram-se contra os comerciantes de escravos no Atlântico. Se rebelaram nas plantations. O negro dócil é um mito. Escravos em navios escravistas se atiraram ao mar, fizeram longas greves de fome, atacaram as tripulações. Há registros de escravos que subjugaram a tripulação e tomaram controle do navio levando-o até o cais, um feito de extraordinária audácia revolucionária. Na Guiana Britânica, durante o século XVIII os negros se revoltaram, tomaram controle da colônia holandesa e a controlaram por anos. Eles se retiraram para o interior, forçaram os brancos a assinar um tratado de paz e permanecem livres até o dia de hoje. Todas as colônias do caribe, principalmente a Jamaica, São Domingos e Cuba, as maiores ilhas, tiveram seus quilombos, formados por negros audazes que haviam fugido para o interior e se organizado para defender seus direitos. (JAMES, 1939, p. 21).

Na mesma direção, Moura (1959) destaca o caráter coletivo da revolta escrava no Brasil colônia: “(...) a revolta coletiva será a forma característica de luta entre os escravos” (Moura, 1959, p.70). Para o autor a quilombagem foi um movimento de contestação escrava que expressava a ferida aberta da sociedade escravista do Brasil colônia. A quilombagem, segundo Moura (1992), foi um movimento de resistência e mudança social contra o escravismo brasileiro organizado por escravos/as fugidos, uma força que contribuiu para uma erosão do sistema escravista, que auxiliou para que o trabalho escravo entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre. A quilombagem é entendida por Moura (1992) como uma constelação de movimentos de protestos da pessoa escrava, que tinha como centro de organização o quilombo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de condições precárias de sobrevivência da população negra escravizada, como a apropriação do seu trabalho, a falta de alimentação, as condições precárias das senzalas e a luta da população negra contra o cárcere, são provas contundentes da afirmação de Ianni (1989) sobre as raízes da questão social no Brasil colônia. É sabido que a questão social se metamorfoseou no capital maduro e se alastrou se apresentando em múltiplas expressões, mas não elimina o fato da existência da questão



social no Brasil ter relações particulares com escravatura no país. Ela (questão social) resulta de determinações históricas que perpassaram o período escravocrata. O capital se apropriou da acumulação ocorrida nesta época para consolidar a hegemonia do sistema e da sociedade vigente, sendo impossível ocorrer sem a escravatura se apropriando de corpos negros e de seu trabalho.

E por tanto, a incorporação deste debate de forma aprofundada e séria é para o Serviço Social, assim como, para o conjunto da sociedade, tarefa improrrogável. Tendo em vista que este é parte do processo histórico brasileiro e componente fundante e o próprio modo ser da questão social no país.

4. REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, RENATA. M. D. **A questão racial como expressão da questão social: um debate necessário**, Rio de Janeiro: Editora: Monique Dias Rangel Dutra, 2014

CRUZ, AMALIA C. S. **MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate. Vol. 8, n. 2, 2016.

DURANS, Cláudia Alves. **Questão social e relações étnico-raciais no Brasil**, R. Pol. Pública., São Luís, Número Especial, 2014.

FERNANDES, Florestan - **A integração do negro na sociedade de classes**, São Paulo:Globo S/A,2008.

IAMAMOTO, M. V. **Relações sócias e serviço social no Brasil**, São Paulo Cortez, 2006.

IANNI, OCTAVIO. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

IANNI, Octavio, **A Questão Social, Revista USP**, n.146, 198.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução** In: Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARX, KARL. O Capital. Livro 1, volume 2, São Paulo: Boitempo, 2013.



IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 04 a 06 de julho de 2022

MOURA, CLOVIS. **Rebeliões da senzala, Quilombos insurreições, guerrilhas.** Edições Zumbi Ltda, São Paulo 1959.

MOURA, CLOVIS. **História do negro Brasileiro.** São Paulo: Editora Ática S.A, 1992.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992..

SILVA, IVONE. M. F. **Questão social e serviço social no Brasil.** Campinas: Editora Papel Social, 2014.

SILVA, U. B. **Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas:** Contribuições ao debate latino-americano (prelo). São Paulo: Cortez, 2022.